

**Jornalismo Investigativo:
Obstáculos à Livre Atuação dos Repórteres no Brasil**

**Investigative Journalism:
Obstacles to the Work of Reporters in Brazil**

Ana Clara Gobbes FARIA³⁹
Jamille Karolina MALTACA⁴⁰
Filipe Bordinhão dos SANTOS⁴¹
Universidade Positivo, Curitiba, PR

RESUMO

Este artigo consiste em um estudo de caso sobre a prática do jornalismo investigativo no Brasil, especificamente quanto aos riscos para o profissional relacionados à atividade. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi desenvolvida com base nas definições e discussões de autores como Montserrat Quesada, Gerardo Reyes e Cleofe Sequeira. Combinando-se as técnicas de pesquisa de opinião e entrevista em profundidade, foram identificadas as tentativas de intimidação mais recorrentes a jornalistas investigativos no país. Por fim, concluiu-se que essa vertente pode ser considerada, no Brasil, uma atividade profissional de risco.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo investigativo; Reportagem investigativa; Jornalismo; Jornalista.

ABSTRACT

This article is a case study about the practice of investigative journalism in Brazil, specifically concerning its risks. The qualitative research was based on discussions from authors like Montserrat Quesada, Gerardo Reyes and Cleofe Sequeira. Combining the techniques of survey and in-depth interviewing, it identified the more recurrent forms of intimidation to investigative reporters in the country. Lastly, it was concluded that this journalistic field can be considered, in Brazil, a riskful work.

KEYWORDS: Investigative journalism; Investigative reporting; Journalism; Journalist.

1. Introdução

O direito do cidadão de acesso à informação, bem como o dever do jornalista de transmiti-la ao público, são princípios explicitados no Código de Ética dos Jornalistas

³⁹ Estudante do curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Positivo, email: na.claragf@yahoo.com.br

⁴⁰ Estudante do curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Positivo, email: jamillemaltaca@gmail.com

⁴¹ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Positivo, email: filipebordinhao@hotmail.com

Brasileiros. O documento define que “os jornalistas não podem admitir que ele [direito de acesso à informação] seja impedido por nenhum tipo de interesse”⁴². No entanto, embora a profissão seja sustentada por esses princípios, estatísticas indicam que os jornalistas encontram, frequentemente, dificuldades no livre exercício de suas atividades. De acordo com um relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2016)⁴³, entre os anos de 2006 e 2015 foram registrados 827 assassinatos de jornalistas no mundo – considerando o exercício da atividade profissional fator determinante para a ocorrência desses casos. Na América Latina e Caribe, a UNESCO apontou 32 ocorrências no Brasil durante o mesmo período – na região, o país perde apenas para o México, com 58 assassinatos, e empata com Honduras, onde também foram registrados 32 jornalistas mortos.

Percebe-se, por meio dessas estatísticas, a significativa posição que o país ocupa nos registros de assassinatos de jornalistas – fato que leva à necessidade de questionamentos sobre os fatores vinculados à frequência de tais eventos. Segundo a organização Repórteres sem Fronteiras, dos 65 jornalistas mortos no mundo em 2017, “39 [...] foram assassinados, alvos deliberados, porque suas investigações perturbavam os interesses de alguma autoridade política, econômica ou de grupos criminosos”⁴⁴. De fato, é possível associar a investigação jornalística de atos ilícitos a uma frequência significativa de intimidações a profissionais da imprensa; a UNESCO (2013) sustenta essa hipótese ao afirmar que “jornalistas investigativos são especialmente propensos a enfrentar perigos durante o curso de seu trabalho” (p. 35, tradução dos autores).

Diante deste cenário, define-se o problema de pesquisa: a reportagem investigativa pode ser considerada uma atividade de risco no Brasil? Com o objetivo de encontrar a resposta para essa questão, procura-se, portanto, identificar os tipos de intimidação a jornalistas investigativos mais recorrentes dentro da amostra delimitada para pesquisa. O estudo também avalia os principais impactos dessas intimidações e agressões na rotina de trabalho e nas decisões

⁴² FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória, 4 de agosto de 2007. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.

⁴³ UNESCO. **The Safety of Journalists and the Danger of Impunity**. Paris, 7 out. 2016. Disponível em: <http://unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/IPDC/ipdc_council_30_4_en_02.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2017.

⁴⁴ REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **Os jornalistas mortos**. Disponível em: <<https://rsf.org/pt/os-jornalistas-mortos>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

profissionais do jornalista. Em termos metodológicos, foram realizadas entrevistas em profundidade com cinco jornalistas investigativos e, também, foi aplicado um questionário semiestruturado entre dez profissionais que trabalham nessa vertente jornalística. A partir das duas fases de coleta de dados, verificou-se a frequência com que foram mencionadas, pelos jornalistas consultados, consequências como a autocensura, mudanças na rotina e hábitos de trabalho e busca por auxílio psicológico e/ou psiquiátrico em decorrência de situações relacionadas à atividade. Por meio dos resultados obtidos com a pesquisa, conclui-se que é possível afirmar que o jornalismo investigativo é, no país, uma atividade profissional de risco. No entanto, na maioria das vezes, percebe-se que esse problema é silenciado ou pouco debatido em nível de sociedade – o que é um afronte à democracia e ao acesso à informação.

2. Jornalismo Investigativo: Definição e Características

O termo “jornalismo investigativo” apresenta uma subjetividade em sua caracterização e definição teórica. Fortes (2007, p. 15) considera que “é consenso razoável entre os jornalistas que o ofício de se publicar notícias é, por si só, o resultado de atividade investigativa que demanda, em graus diferentes, um processo de apuração”. Martino e Silva (2013, p. 24) avaliam, no entanto, que “o jornalismo investigativo ocupa uma posição de prestígio por conta de sua relevância social que transcende, ao menos a princípio, as rotinas produtivas do universo jornalístico” (2013, p. 21). Sustentada por métodos próprios de obtenção da informação (SEQUEIRA, 2005), essa vertente difere-se das demais, conforme aponta Fortes (2007), pela complexidade e amplitude dos fatos abordados, além do maior tempo exigido para o processo de apuração e produção da reportagem. O jornalismo investigativo transcende, ainda, os limites da notícia factual; conforme Reyes (1998), essa vertente trabalha com fatos que não necessariamente são atuais, explorando-os com uma maior profundidade.

Lage (2004, p. 138 e 139) afirma que o trabalho de investigação jornalística configura “um esforço para evidenciar misérias presentes ou passadas da sociedade, injustiças cometidas; contar como as coisas são ou foram e como deveriam ser ou ter sido”. De acordo com essa lógica, Quesada (1987) afirma que o jornalismo investigativo apresenta, pelas características de seu conteúdo, um caráter de denúncia de irregularidades.

Segundo Menezes e Stael (2005), as reportagens investigativas, no Brasil, costumam tratar de temas como corrupção, improbidade administrativa e demais atos ilícitos nas

instituições públicas. Essas investigações revelam detalhes de conflitos que caracterizam o conturbado cenário político do país – que ainda é marcado pela influência de grupos oligárquicos e de práticas, em certo grau, coronelistas ou clientelistas. A atividade jornalística no país, nas palavras de Fortes (2007, p. 49), “produziu inúmeras e grandiosas matérias investigativas, muitas das quais responsáveis por mudanças históricas de grande importância para o destino do país e da sociedade brasileira”.

Nesse cenário, destacam-se alguns jornalistas brasileiros com trabalhos investigativos notáveis produzidos nas últimas décadas, como Ricardo Kotscho, José Hamilton Ribeiro, Fernando Rodrigues, Bob Fernandes e Cláudio Tognolli. Atualmente, apesar das mudanças mercadológicas que causaram a redução das equipes de trabalho nos veículos jornalísticos, Noronha e Rocha (2017) observam que as produções investigativas ainda encontram espaço em núcleos especializados nesse tipo de reportagem, seja no meio televisivo – como na Rede Globo e Rede Record –, no impresso – como o Grupo de Investigação (GDI), do grupo RBS – ou, até mesmo, nos veículos independentes, como a Agência Pública. Percebe-se, então, que casos como os abordados nesses veículos despertam o interesse do público e fazem com que essas organizações sejam reconhecidas por trabalhos de investigação.

3. O Papel do Jornalista Investigativo

Denunciando atos ilícitos e desafiando as autoridades à manutenção da transparência e da integridade na gestão pública, o trabalho realizado pelos repórteres investigativos contribui para a observação – e eventuais intervenções – nas práticas que constroem o regime democrático. Sequeira (2005) comenta que, de fato, é necessário haver democracia para que o jornalismo investigativo possa efetivamente ser exercido. Nesse contexto, cabe também ressaltar que a liberdade de imprensa, conseqüentemente, é imprescindível para que seja garantido o pleno exercício desse direito.

Contudo, Reyes (1998) afirma que o repórter investigativo comumente enfrenta, em sua rotina de trabalho, alguns obstáculos – como os que dizem respeito à lógica política e econômica que norteia as decisões editoriais dos veículos e à dificuldade de apoio financeiro na produção de reportagens investigativas. Em complemento, Marchetti (2000) também reflete que “a produção de informação responde a uma lógica muito mais interna do que externa” (p. 35, tradução da autora), que, embora “invisível para o público e, portanto, subestimada, é muito

importante para os profissionais” (p. 35, tradução dos autores). Essa articulação entre mídia, política e economia, portanto, pode ser um risco ao sistema democrático e ao trabalho jornalístico, na medida em que carregam o potencial de criar barreiras que restringem o livre acesso à informação. Complementando essa discussão, pode-se acrescentar que, além desses obstáculos de ordem econômica e política, o jornalista investigativo também está exposto a situações de risco – como será comprovado adiante.

4. Metodologia

Para a análise proposta, optou-se pela elaboração de um estudo de caso (YIN, 2001), utilizando como técnicas para o seu desenvolvimento a pesquisa de opinião e a entrevista em profundidade. O estudo de caso permite, segundo Marcia Duarte (2005, p. 215), “integrar o uso de um conjunto de ferramentas para levantamento e análise de informações”, configurando um “estudo das peculiaridades, das diferenças daquilo que o torna único e por essa mesma razão o distingue ou o aproxima dos demais fenômenos” (2005, p. 234).

A pesquisa de opinião, de acordo com Novelli (2005, p. 164), “possibilita a coleta de vasta quantidade de dados originados de grande número de entrevistados”. A autora afirma que algumas das vantagens do método são “a viabilidade de realização de análises estatísticas de variáveis [...]; a quase inexistência de barreiras geográficas para a realização das entrevistas e o baixo custo de aplicação” (2005, p. 164). Tendo em vista o interesse em um levantamento das principais tentativas de intimidação a jornalistas investigativos no Brasil, bem como das consequências no âmbito pessoal e profissional de tais intimidações, foi elaborado um questionário, por meio do site *Google Forms*, que foi enviado pela internet – por e-mail e Facebook – para 36 jornalistas investigativos de diversos estados do país. Foram selecionados, para compor a amostra, repórteres investigativos com trabalhos premiados nacional e/ou internacionalmente ao longo de suas carreiras.

De todos os profissionais contatados, 10 responderam ao questionário. A pesquisa foi realizada entre os dias 16 de junho e 03 de julho de 2017. Os participantes responderam, de forma anônima, a 13 perguntas – 12 fechadas e uma aberta – referentes a dados pessoais, como gênero e local de residência, e à ocorrência, ou não, de eventos decorrentes da atividade profissional, como ameaças e agressões físicas e verbais. Os profissionais também responderam se já foram alvo de ações judiciais por conta de uma reportagem investigativa, bem como se já

deixaram de produzir uma matéria ou de investigar informações por medo de posteriores intimidações. Quanto a medidas de segurança subsequentes, os jornalistas responderam se já precisaram se mudar de cidade ou país por conta de riscos aos quais foram expostos, e foram questionados, ainda, se já buscaram tratamento psicológico e/ou psiquiátrico devido a situações traumáticas ou de estresse pelas quais passaram no exercício da atividade. A última questão refere-se à opinião dos participantes quanto à possibilidade de classificação do jornalismo investigativo como atividade de risco no Brasil.

A entrevista em profundidade, também utilizada no estudo, é definida por Duarte (2005, p. 62) como uma “técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada”. As entrevistas realizadas podem ser classificadas como semiabertas, procedimento que, conforme o autor, “tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa” (2005, p. 66). Portanto, as entrevistas tiveram como base perguntas pré-definidas, similares às do questionário, porém com a possibilidade de obtenção de relatos detalhados. Foram selecionados cinco jornalistas – três da região Sul do país, um do Sudeste e um da região Nordeste – que têm reconhecidos trabalhos de reportagem investigativa e que, também, já receberam prêmios nacionais e/ou internacionais por suas produções dentro dessa categoria jornalística. As entrevistas foram feitas por telefone, entre os dias 27 e 30 de junho de 2017.

5. Resultados

Dos 10 participantes da pesquisa de opinião, 8 são do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Quanto ao local de residência, 4 dos participantes moram em Curitiba; 2 residem no estado da Bahia; 1 no Rio Grande do Sul, 1 no estado de São Paulo, 1 em Goiânia (Goiás) e 1 reside, atualmente, no exterior. O tempo em que cada participante atua no jornalismo varia de 2 a 33 anos; especificamente no jornalismo investigativo, as respostas variam entre um e 22 anos de trabalho. Na pesquisa, nenhum jornalista afirma ter sido agredido fisicamente, mas 8 (80%) foram agredidos verbalmente mais de uma vez. Dos 10 participantes, 5 (50%) foram processados mais de uma vez por conta de reportagens publicadas, e a outra metade nunca. Quando questionados se já foram ameaçados durante ou após o processo de investigação, 6 (60%) pessoas responderam que sim, e mais de uma vez. Nas entrevistas em profundidade, os

cinco jornalistas consultados afirmaram já ter sofrido, mais de uma vez, alguma forma de agressão verbal. Um deles já foi, também, agredido fisicamente, e quatro afirmaram ter recebido, diversas vezes, algum tipo de ameaça por conta de uma investigação. Esses relatos confirmam a afirmação da UNESCO (2013), citada anteriormente, sobre a ocorrência significativa de casos de intimidação entre jornalistas investigativos.

O Entrevistado 1 comenta sobre os tipos de repressão recorrentes em seu trabalho: “Intimidação é muito corriqueiro. Quando ‘descamba’ para ameaça, é mais raro, mas ocorreu, pelo menos, em três reportagens”. Intimidações também são frequentes para o Entrevistado 2: “Verbalmente, por telefone, revólver na cara... [...] Quando você vai fazer uma matéria, você tem que ter uma estratégia. Você tem que sobreviver para contar a história”.

O Entrevistado 3 discute sobre a frequência das tentativas de intimidação no exercício de sua atividade profissional:

Intimidações, coisas de xingamento, de falar para não publicar nada porque senão teria consequências, isso é até difícil de contar quantas vezes. Porque é muito comum, quando você está em determinado lugar fazendo trabalho de campo e descobrem que você é jornalista, fazerem ameaças verbais como forma de intimidar, ou mesmo ligações na redação, ou “pedem a cabeça” para você ou para os donos do jornal... Isso já aconteceu tantas vezes que eu nem conto mais.

O Entrevistado 4 afirma que, embora não tenha recebido ameaças de morte em sua carreira, já sofreu outros tipos de intimidação: “Tive ameaças, sim, de pressão do grupo junto aos patrões para que a reportagem deixasse de ser feita. Como eram anunciantes, veladamente ameaçavam tirar o investimento em publicidade”. A afirmação do entrevistado coincide com a análise de Reyes (1998) em relação a uma das dificuldades encontradas pelo repórter investigativo na rotina das redações – a interferência dos interesses de determinados grupos de influência nas decisões editoriais do veículo de comunicação.

Na pesquisa de opinião, 5 (50%) jornalistas responderam que nunca deixaram de produzir uma reportagem e/ou realizar uma investigação por medo de represálias, e os outros 5 (50%) responderam que sim. Essa exposição a riscos, portanto, vem de encontro com a imagem de prestígio – como comentam Martino e Silva (2013) – associada à profissão. Além disso, metade (50%) das pessoas já pensaram em desistir da profissão por conta disso; Duas pessoas

(20%) afirmam já ter buscado tratamento psicológico e/ou psiquiátrico por conta de situações com as quais lidaram nos trabalhos investigativos. Mesmo que com uma amostra pequena, os resultados revelam um paradoxo vivido pelos jornalistas investigativos do país: a relevância da função social de sua profissão *versus* as ameaças à sua segurança profissional.

Nas entrevistas por telefone, dois profissionais mencionaram que a necessidade de segurança já influenciou, em maior ou menor grau, na decisão de não dar continuidade a um trabalho investigativo, levando em consideração as represálias já sofridas anteriormente. Esse fato é relacionado, muitas vezes, pela falta de apoio dos próprios veículos. É o caso do entrevistado 2, que explica o episódio:

Chegamos [a equipe de reportagem] a cogitar fazer a reportagem novamente e não fizemos por dois motivos: primeiro por uma questão de logística [...], e porque nós não queríamos passar por tudo que tínhamos passado de novo [represálias]. Não foi determinante, mas foi um elemento que levamos em consideração.

O Entrevistado 3 afirma que, em sua carreira, isso aconteceu uma vez: “Até não era nem por minha causa, mas porque a ameaça se estendeu para a minha família. [...] fiquei receoso de que realmente pudesse acontecer alguma coisa com eles, e aí preferi não voltar ao assunto”. O Entrevistado 5, por outro lado, afirma que o medo de represálias nunca chegou a interferir em suas decisões de realizar uma investigação, mas comenta que a necessidade de reconhecimento e crescimento profissional já foi um fator de influência: “Eu tinha que ter bom senso para saber até onde deveria ir para conseguir a informação que precisava. Só que percebi que, se não fosse tão a fundo e se não trouxesse aquela informação, eu não era tão aplaudido”.

Contudo, todos os profissionais consultados na entrevista em profundidade afirmaram nunca ter pensado em desistir da profissão por conta das intimidações. Na pesquisa de opinião, a grande maioria dos jornalistas responderam que consideram o jornalismo investigativo uma atividade de risco no Brasil. Destes, metade dos profissionais citam como justificativa as condições de trabalho, que incluem a falta de segurança e suporte – tanto dos veículos jornalísticos como das autoridades públicas – no Brasil. Um acredita que os riscos estão presentes devido à atividade jornalística mal executada; já as outras duas respostas têm, como justificativa, o fato de o Brasil estar entre os países com mais jornalistas mortos, agredidos,

censurados e assassinados por conta da profissão. Outro participante não considera a atividade como de risco, justificando que isso acontece porque muitos jornalistas não têm o apoio dos veículos para o qual trabalham – principalmente em cidades do interior –, mas que, nas capitais, há o suporte necessário para que os profissionais não corram riscos.

Nas entrevistas, todos os profissionais consideram, sim, o jornalismo investigativo uma atividade de risco no país. O Entrevistado 3 avalia os riscos da profissão com base nas tentativas de intimidação e, também, no suporte insatisfatório que veículos de comunicação oferecem aos profissionais no âmbito da segurança pessoal:

Se você considerar o número de jornalistas que já foram mortos no Brasil no exercício da profissão, ou que sofreram censura da Justiça, ou que sofreram algum tipo de ameaça, agressão, há vários episódios nos últimos vinte anos, por exemplo, de vários jornalistas que pagaram muito caro. O caso mais conhecido é do Tim Lopes, que foi morto enquanto fazia uma investigação no morro do Rio de Janeiro. Mas há outros jornalistas que são mortos ou são agredidos, processados em razão do seu trabalho investigativo, então acho que dá para colocarmos na conta que é uma atividade de risco. Porque não há uma segurança para quem faz jornalismo investigativo; as empresas de comunicação não oferecem garantia de segurança para quem cobrirá temas complicados, arriscados.

O Entrevistado 4 acredita que o jornalismo investigativo seja uma atividade de risco tanto no Brasil quanto no mundo todo. Ele complementa sua avaliação sugerindo melhorias que podem ser feitas nas empresas de comunicação, na gestão pública e, também, na sociedade civil:

Entendo que o trabalho do jornalista investigativo, muitas vezes, ameaça a vida do repórter que está fazendo aquela reportagem, e temos que trabalhar para que a sociedade continue tendo esses repórteres, que eles possam trabalhar e que a gente tente mitigar ao máximo o risco que ele corre, seja fazendo treinamento de repórter, seja no investimento de equipamentos de segurança, tecnologias que protejam o repórter na hora de fazer uma reportagem como, também, fazer cobranças à sociedade, às autoridades de que a investigação de uma morte de um jornalista deve ter a mais alta seriedade, o maior compromisso de que seja rápida. Quando se mata um jornalista, você está cegando, tapando os ouvidos e emudecendo a sociedade – porque o jornalista funciona como os olhos, os ouvidos e a boca da sociedade.

Segundo o Entrevistado 1, existe uma relação entre a forma de atuação do poder público e os riscos na profissão: “Acho que isso denota que temos uma democracia muito frágil. Se tivéssemos uma democracia consolidada, esse tipo de fenômeno, de intimidação, essas ameaças não deveriam ocorrer”. “Todo jornalismo, em qualquer parte do mundo – tanto na parte democrática quanto de ditadura –, é uma atividade perigosa. Porque está colocando no jornal quem não quer ir para o jornal”, diz o Entrevistado 2. A partir dessas observações, pode-se então questionar até que ponto um sistema dito democrático aceita contestações vindas de investigações – fruto de um trabalho legítimo em prol da sociedade.

6. Considerações Finais

A partir do levantamento e das entrevistas realizadas, conclui-se que o jornalismo investigativo pode ser considerado uma atividade de risco no Brasil. A maior parte dos profissionais que participaram da pesquisa afirmaram já ter recebido algum tipo de intimidação no exercício da atividade. A maioria dos jornalistas investigativos consultados, conforme suas respostas ao questionário e nas conversas por telefone, já sofreram agressões verbais e já foram ameaçados – de morte ou de outras maneiras – mais de uma vez na carreira. Identifica-se, também, um claro paradoxo que norteia a prática investigativa no jornalismo brasileiro: a função e relevância social desse tipo de reportagem é contrastada, frequentemente, com interferências à livre atuação do jornalista.

Quanto aos efeitos ocasionados pelas intimidações nos âmbitos pessoal e profissional, identifica-se por meio do estudo que um número significativo de repórteres – especificamente, metade dos participantes da pesquisa de opinião e dois dos cinco entrevistados – já deixou de investigar informações ou produzir reportagens por medo de represálias. Observa-se também, pelo resultado da pesquisa de opinião, que um número representativo de jornalistas já considerou desistir da profissão por conta das intimidações. Embora todos os entrevistados por telefone tenham negado já ter pensado em desistir da atividade profissional, percebe-se, em suas observações, uma queixa frequente quanto ao sentimento de desproteção e de pouco suporte, por parte das empresas de comunicação e da gestão pública, ao exercício da profissão.

Compreende-se, portanto, que há uma necessidade de aprofundamento nas pesquisas, no país, em relação ao tema. Pela função social do jornalista investigativo e pelos fatores de

risco associados à profissão, entendemos que o estudo na área é, mais do que uma oportunidade de inovação na pesquisa científica sobre o jornalismo, um meio para a promoção da segurança, do bem-estar e da liberdade no exercício da profissão – o que implica, conseqüentemente, a melhoria e o fortalecimento das instituições sociais e democráticas no país. Se o jornalismo é a verdade e o caminho, que este, então, seja livre de obstáculos.

REFERÊNCIAS

- DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: BARROS, A.; _____ (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 62-83.
- DUARTE, M. Y. M. Estudo de caso. In: BARROS, A.; DUARTE, J. (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 215-235.
- FORTES, L. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2007. 125 p.
- LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 4. ed.. Rio de Janeiro: Record, 2004. 189 p.
- MARCHETTI, Dominique. La révélation du journalisme d’investigation. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 131-132, p. 30-40, mar. 2000. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_2000_num_131_1_2663>. Acesso em: 24 jun. 2018.
- MARTINO, L. M. S.; SILVA, L. R. e. Paradoxos e fronteiras éticas do jornalismo investigativo na doutrina jornalística brasileira. **Revista Comunicação Midiática**, São Paulo. v. 8. n. 1. p. 13-29. jan./abr. 2013.
- MENEZES, P.; STAEL, L. Jornalismo investigativo. In: PENA, F. (coord.). **Jornalismo**. Rio de Janeiro: Rio, 2005. 238 p. (1.000 Perguntas).
- NORONHA, M. G.; ROCHA, P. M. Jornalismo investigativo: o processo de produção da reportagem pela perspectiva do repórter. IV Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo. São Paulo, 2017. **Anais...** São Paulo: Abraji, 2017. Disponível em: <http://www.abraji.org.br/seminario/PDF/4/Jornalismo_Investigativo_O_processo_de_producao_da_reportagem_pela_perspectiva_do_reporter.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.
- NOVELLI, A. L. R. Pesquisa de opinião. In: BARROS, A.; DUARTE, J. (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 164-179.
- QUESADA, Montserrat. **La investigación periodística: el caso español**. Barcelona: Ed. Ariel, 1987.

REYES, Gerardo. **Interstícios del periodismo de investigación**. Primera Epoca, v. 1, a. II, 1998. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art12.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

SEQUEIRA, C. M. de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005. 199 p.

UNESCO. **Freedom of expression toolkit: a guide for students**. 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002186/218618E.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

Yin, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.